

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR INDÍCIOS DE APLICAÇÃO INCORRETA DOS RECURSOS E DE MANIPULAÇÃO NA GESTÃO DE FUNDOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DE FUNCIONÁRIOS DE ESTATAIS E SERVIDORES PÚBLICOS, OCORRIDAS ENTRE 2003 E 2015, E QUE CAUSARAM PREJUÍZOS VULTOSOS AOS SEUS PARTICIPANTES

REQUERIMENTO N.º..... , DE 2015
(Do Senhor JÚLIO DELGADO)

Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de REQUISICÃO de informações e documentos junto à Comissão de Valores Mobiliários.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos das disposições constitucionais (§ 3.º do art. 58 da CF/88), legais (art. 2.º da Lei 1.579/52) e regimentais (arts. 35 a 37 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados) de regência, requeremos seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de REQUISICÃO, à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, - das seguintes informações e documentos referentes ao fundo de pensão Prece, dos funcionários da Cedae – Companhia Estadual de Água e Esgoto do Rio de Janeiro:

1. Relação de investimentos realizados pela Prece entre os anos de 2000 a 2010;
2. Cópia das transações financeiras pertinentes à operações na Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) e na compra de títulos públicos entre os anos de 2000 a 2010;
3. Relação de aplicações financeiras em bens móveis e imóveis com recursos do fundo entre os anos de 2000 e 2010;
4. Relação das empresas e de seus sócios responsáveis pela gestão do fundo entre os anos de 2000 e 2010 e as respectivas evoluções financeiras e patrimoniais de cada um deles;
5. Cópia do inteiro teor do Processo nº 6/2012 aberto pela CVM para apurar as diversas denúncias de irregularidades cometidas em investimentos feitos pelo fundo;
6. Relação detalhada das perdas financeiras sofridas pelo fundo em razão das irregularidades cometidas.

JUSTIFICAÇÃO

Desde o início do ano 2000, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM vem realizando diversas investigações para apurar irregularidades cometidas pelos gestores da Prece, fundo de pensão dos funcionários da Cedae – Companhia Estadual de Água e Esgoto do Rio de Janeiro. As denúncias vão desde operações com títulos públicos até investimento em obras questionáveis e que só acarretaram prejuízos ao fundo.

Em 2005, a CPI dos Correios realizada nesta Casa investigou 14 fundos de pensão e constatou que a maiores irregularidades foram cometidas pela Prece. Tendo em vista que no ano 2000 a Prece registrava lucro de R\$ 26 milhões, mas em 2010 passou a contabilizar prejuízo na ordem de R\$ 1,25 bilhão, é de suma importância que esta CPI analise o período citado para apurarmos a natureza das operações que levaram o fundo a apresentar situações tão extremas em sua situação financeira.

Para tanto, contamos com o apoio dos nobres parlamentares e relator em torno do pedido das informações e documentos ora solicitados.

Sala da Comissão, de agosto de 2015.

JÚLIO DELGADO

Deputado Federal – PSB/MG